

# ENFRENTAMENTOS DA VIOLÊNCIA POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Larissa Faria Macedo<sup>15</sup>  
Magda do Canto Zurba<sup>16</sup>  
Soraia Araújo<sup>17</sup>

## INTRODUÇÃO

Esta é uma reflexão sobre os impactos das experiências de relações abusivas vivenciadas por mulheres atendidas em um serviço municipal especializado, em uma capital do sul do Brasil. Este estudo nasceu a partir de atendimentos psicológicos no âmbito de um dispositivo da Assistência Social, um local especificamente preparado para acolher e salvaguardar os direitos de mulheres em situação de violência. Uma das facetas desse projeto foi a oferta de clínica ampliada e também de psicoterapia, quando era o caso. Esta perspectiva de acolhimento somente ocorreu por conta de um projeto de extensão que permitiu que algumas das mulheres atendidas neste dispositivo da rede pudessem ser acompanhadas quanto ao desenvolvimento de seus recursos sociais, pessoais e emocionais, fortalecendo sua saúde mental para o enfrentamento da situação de violência.

Ao longo das atividades, que duraram doze meses, percebemos que os impactos da violência resultavam em danos à saúde mental das mulheres acolhidas, algo que consistia em um dos elementos

---

<sup>15</sup>Graduanda em Psicologia (UFSC). Extensionista e colaboradora de pesquisa no KOAN – Laboratório de Psicologia da Saúde e do Desenvolvimento Humano (UFSC). Estagiária.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2094351140117046>

<sup>16</sup>Pós-doutorado em Psicologia Social (PUC-SP). Doutora em Educação (UFSC). Professora Titular do Departamento de Psicologia (UFSC). Coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia (2021-2023). CV: <http://lattes.cnpq.br/6389120640892981>

<sup>17</sup>Mestre em Serviço Social (UFSC). Psicóloga no Serviço de Proteção Social Especial (SEMAS / Florianópolis – SC). CV: <http://lattes.cnpq.br/0607218350236018>

centrais durante os atendimentos. Ou seja, não bastava apenas afastar o abusador, era preciso identificar as raízes do abuso e trabalhar com os prejuízos psicológicos trazidos pela experiência vivida. Percebemos que este tipo de acolhimento é importante tanto no momento em que a violência acontece, como após a sua superação, por meio de atendimentos pautados em um plano estratégico de médio ou longo prazo para o autocuidado, focando no processo de empoderamento e autonomia. As dificuldades pessoais que levavam as mulheres à experiência de abuso eram por vezes pontuais, mas na maioria das vezes eram decorrentes de longos processos existenciais, nos quais episódios de violência intrafamiliar eram conhecidos desde a infância.

Neste sentido, exploramos a temática na tentativa de compreender a experiência subjetiva de mulheres em situação de violência por relações amorosas abusivas, bem como os impactos destas violências na sua saúde mental, no seu bem-estar.

Uma das perspectivas deste trabalho é contribuir com profissionais da área na construção de estratégias interdisciplinares de atenção e cuidado à mulher em situação de violência, considerando as possibilidades de saída do ciclo vicioso dos relacionamentos abusivos com o apoio de ações integradas.

## **MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E FATORES PSICOLÓGICOS**

A violência contra as mulheres é um problema mundial e antigo, um fenômeno de existência generalizada, que se modifica em sua forma de expressão e manifestação, mas continua presente em todos os países. É comum as mulheres que solicitam atendimento em situações abusivas estarem vivendo esta experiência por longos anos em suas vidas, principalmente aquelas que têm filhos com o abusador, situação que acaba por agravar o vínculo com o autor das violências. Além dos filhos, outra questão que acaba por agravar a permanência das mulheres na relação abusiva é a dependência econômica. A pressão social,

a vergonha e a culpa pelo que estão vivenciando, o isolamento social causado pelo controle, o medo do que o abusador pode fazer consigo e/ou seus familiares, bem como a crença de que se é responsável por mudar o parceiro ou impedir que as violências aconteçam, também são alguns dos fatores de manutenção dessas mulheres nas relações abusivas (DE OLIVEIRA; MESSIAS; CAMPOS; DE ANDRADE; DOS SANTOS ALVES.; PERES, 2022) (SANDER, 2021) (GOMES, 2018) (GADONI-COSTA; DELL, 2011).

Ainda que, em muitos estudos, se paute a dependência econômica enquanto o principal fator de permanência das mulheres em relacionamentos abusivos, percebe-se que o fator psicológico, usualmente reconhecido pela população pela nomenclatura de “dependência emocional”, se situa como o marcador de maior agravamento para a permanência e/ou reincidência em relacionamentos abusivos por parte das mulheres.

Tal realidade é percebida - quando identificada a violência - na maior parte dos relatos trazidos pelas usuárias do referido serviço, como as afirmações de que “quero sair dessa relação, sei que é violenta, mas não consigo”. No imaginário desta mulher, é inconcebível viver sua vida sem este abusador, ao passo que este lugar também promove o que se chama de ganhos secundários, ou seja, de ter alguém que decida por elas, o que acaba por reforçar esse lugar de subalternidade internalizado pelas mulheres no decorrer da constituição de sua subjetividade e no estabelecimento de suas relações sociais numa sociedade sexista. Este cenário as impele a permanecer na relação abusiva na medida em que se sentem engessadas neste lugar da não escolha do controle durante muito este tempo.

Outra situação que se repete e alerta para a complexidade do tema é o fato de que a experiência de violência intraconjugal não costuma ser a primeira violência na vida destas mulheres. Muitas vezes a primeira violência é experienciada ainda na infância. Araújo (2020) em sua pesquisa sobre violência contra meninas aponta que há uma relação entre os processos de socialização/de subjetivação das meninas

e as situações de violência, de que a violência é estruturante da sociedade desigual e hierarquizada que vivemos, ou seja, é parte da cultura, da política, constituem subjetividade e as relações sociais. Processo que resulta numa espécie de “naturalização” das violências sofridas pelas mulheres, sendo o exercício de desnaturalizá-las centrais no seu enfrentamento (ZANELLO, 2020). Inúmeros pesquisadores da área apontam que a experiência de violência na infância, tanto como vítima direta quanto testemunha das violências entre os pais e/ou familiares pode significar um fator de risco para a ocorrência de violência contra mulher (ZANCAN; HABIGZANG, 2018, p. 9) (SILVA, 2008).

Apesar destas mulheres em situação de violência doméstica frequentemente buscarem pelos serviços de saúde, na qual chegam “poliqueixosas” e por vezes sem um amplo entendimento de suas reais demandas, ao acessar a unidade de saúde, muitas vezes, a equipe de atendimento em saúde que deveria ser um ponto de apoio e acolhimento, muitas vezes se mostra despreparada: tanto um despreparo técnico quando informativo pois desconhece a Rede de Serviços Especializados (TEIXERA; PAIVA, 2021) demonstrando dificuldade de articulação e reconhecimento das violências vivenciadas por estas mulheres (OLIVEIRA; JORGE, 2009)(DE MORAES, 2021, p. 20). Dentro deste despreparo técnico, encontram-se também situações em que os próprios profissionais das instituições apresentam condutas de julgamento e constrangimento para com estas mulheres, demonstrando o machismo inserido nas esferas das políticas de saúde, assistência e justiça (DE ARRUDA NUNES; SOUZA, 2021).

Segundo Zanello (2019), é comum o adoecimento psíquico relacionado às situações de violência ser tratado apenas a partir dos sintomas, sem referenciar as violências por trás destes, desconsiderando-se assim a gênese do adoecimento relacionado às experiências de submissão à violência doméstica. Na verdade, comumente no Brasil, todos os problemas de média complexidade em saúde mental costumam ser tratados por meio de medicações psicotrópicas, com

baixíssima indicação para psicoterapia. No caso especial das situações de relacionamento abusivo, esse é um fator que dificulta sobremaneira a criação de possibilidades de saída destes contextos. Tais condutas, apenas medicamentosas, silenciam e invisibilizam os possíveis abusos, ao mesmo tempo em que contribuem para a “psiquiatrização” da violência, na qual se trata apenas os sintomas, descolados de seu sentido e significado, usualmente prescrevendo o uso de ansiolíticos ou antidepressivos.

## **DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO**

Sabe-se que, historicamente, as diversas formas de violência contra as mulheres sempre estiveram presentes em nossa sociedade, dado que o patriarcado se constitui e se sustenta desde os primórdios. Apesar disso, somente em 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha no Brasil (Lei nº 11.340/06), o que finalmente fortaleceu programas e políticas públicas que visam coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

As formas culturalmente instaladas de subjetivação da mulher brasileira perpassam a confirmação do machismo, seja pela questão do “ser escolhida”, “ser amada”, “ser salva”, enfim, todos os lugares de passividade – e também pela falta de protagonismo que acabam por internalizar uma posição subalterna dentro das relações interpessoais, principalmente as de caráter “romântico”.

A pergunta que nos colocamos é como essas mulheres passaram a naturalizar a relação abusiva em suas vidas, o que resulta em uma percepção de “merecimento” da situação de violência., elemento que fica nítido não só no campo relacional destas mulheres, como também são reforçados por outras mulheres em perspectivas da cultura brasileira, seja no campo jurídico, policial, midiático, entre outros. Não é raro o discurso explícito que culpabiliza a vítima no Brasil.

Neste sentido, é essencial a reflexão sobre o conceito de patriarcado, fator este que engendra as questões das violências de gênero

e todas as formas de opressão, subjugação e maus tratos contra as mulheres na sociedade. Ao falar aqui em sistema patriarcal, a pretensão é que este seja entendido através da amplitude de sentido produzido pela dominação masculina sobre e contra as mulheres. Dominação esta que atravessa o plano do simbólico, do linguístico, do prático, do metafísico, do epistemológico, do tecnológico, e que define o lugar social e cultural dos homens na sociedade, consequentemente refletindo na esfera política, do direito, da justiça, das subjetivações, das relações, da ética (TIBURI, 2014).

Dentro disso, o conceito de violência de gênero é entendido por vias desta desigualdade hierárquica entre homens e mulheres na sociedade, e que é consequência de uma construção social, política, religiosa e cultural, de modo que a submissão da mulher é validada e cultivada a partir desta construção (ACOSTA; GOMES; BARLEM, 2013). Conforme colocado por Safiotti (1976), autora que introduziu no Brasil uma perspectiva feminista e marxista do patriarcado, a violência de gênero pode ser entendida como intimamente relacionada ao sistema capitalista e ao racismo, que produz não apenas formas de dominação como também de exploração. É justamente neste âmbito que entendemos que a violência contra a mulher se constrói baseada na lógica da socialização machista. Assim, a violência de gênero seria uma categoria mais geral, porém sempre de dominação, podendo abranger a violência doméstica e violência intrafamiliar, incluindo interseccionalidades de idade, classe e raça.

Colocando em outros termos, Velázquez (2006), entende que a violência de gênero abarca todos os atos mediante os quais se discrimina, ignora, submete ou subordina as mulheres nos diferentes aspectos de sua existência. É todo ataque material ou simbólico que afeta sua liberdade, segurança, intimidade e integridade moral e/ou física. Dentro disso, a própria Lei Maria da Penha 11.340/2006, Art. 7º dividiu a violência contra a mulher em 5 tipos: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Certamente que estas diferentes formas

de enunciado da violência muitas vezes estas se sobrepõem, se interrelacionam, sendo tais divisões auxiliadoras na identificação da violência dentro dos processos cíclicos que ocorrem.

Ainda que tais violências ocorram através dos sistemas de poder e controle que privilegiem os homens, Foucault (1988) adverte que, onde há poder há resistência. Assim, pressupõem-se a capacidade destas mulheres em situação de violência de produzir maneiras de poder e resistência, atuando através de diferentes estratégias de enfrentamento. Uma das principais estratégias de enfrentamento no cenário brasileiro tem sido o acesso aos diversos serviços públicos da Política Nacional para Mulheres com foco na autonomia da mulher, a participação em grupos e à psicoterapia, bem como a utilização da arte enquanto recurso terapêutico.

Tiburi (2014), em seu apanhado filosófico, traz a reflexão de que o discurso anti-feminista é constituinte da história do patriarcado, entendendo que a dominação masculina se consolida em cima de tudo aquilo que é simbolicamente interpretado ou tem alguma ligação como “feminino”, como por exemplo os homossexuais, travestis e transsexuais. Assim, para que se perpetue a lógica da dominação masculina, os discursos feministas são atacados e abominados, endossando um discurso conservador de que “o feminismo está ultrapassado”. A filósofa entende o ‘espírito’ revolucionário do feminismo na medida em que tal movimento almeja uma transformação que busque pela garantia das liberdades individuais, ao mesmo tempo que respeita a coletividade, o que demarca um caráter político e ético ao feminismo, ao passo que também reivindica um novo lugar de construção de um sujeito histórico.

Nesse sentido, vale ressaltar que o movimento feminista teve um papel relevante na formulação e execução das diversas conquistas no campo das transformações sociais e das políticas públicas para as mulheres. O processo de construção das políticas públicas pode ser compreendido a partir de uma perspectiva que considera seu caráter social, histórico e político, uma vez que nascem e são executadas em

um movimento de resposta às demandas advindas do desenvolvimento capitalista, em relação com as intersecções de gênero, raça, classe, geração, dentre outros (ROCHA, 2016).

Além da luta pelo reconhecimento da “violência de gênero” e da criação de leis e políticas públicas que visam coibi-la, o movimento feminista também oferece recursos e pressupostos ético-políticos de contestação de um conjunto de suposições que acabam por naturalizar práticas opressivas e discriminatórias contra as mulheres.

## RECOMENDAÇÕES PROFISSIONAIS PARA O ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Compreendemos que o trabalho dos profissionais dos serviços de política nacional para mulheres não seria apenas afastá-las de seus abusadores, e sim colaborar na ampliação dos aspectos subjetivos envolvidos no abuso. Tal posição ético-política da acolhida dentro dos serviços para mulheres se faz nesse sentido, de proporcionar um entendimento de si, de sua perda de saúde ou adoecimentos e somatizações decorrentes destas experiências violentas, muitas vezes através de um processo dialógico baseado no letramento de gênero e uma escuta especializada.

O letramento de gênero elaborado por pressupostos feministas pode auxiliar profissionais, gestores e agentes públicos na compreensão e análise das dinâmicas sexistas que fundamentam o contexto de violência e que são tão essenciais nas práticas de cuidado neste contexto em questão (LISBOA, 2014). Além da importância do letramento de gênero no combate à violência, tanto por parte dos profissionais, como pelas próprias mulheres, é necessário levar em conta a influência de outros marcadores sociais, como os de raça e classe, neste contexto.

Nesse sentido, a perspectiva da “intersseccionalidade” advinda do Feminismo Negro e elaborada por Kimberle Crenshaw (2016) auxilia na compreensão da violência como sendo estrutural, constituída por elementos analíticos que estão articulados e interrelacionados, pro-



duzindo diferentes experiências. O conceito de interseccionalidade, elaborado em 1989 (RIBEIRO, 2018) permitiu reconhecer que racismo e violência de gênero comumente se combinam, criando múltiplas vulnerabilidades, vindo também a questionar as diferentes desigualdades sociais a partir das diferenças e dos lugares de opressão, bem como suas implicações na esfera econômica, social, subjetiva e política de cada sujeito/grupo. Tal perspectiva nos possibilita então compreender a influência dos marcadores de raça, classe, entre outros, na produção das diversas vulnerabilidades que irão mutuamente influenciar nos fatores de risco, de permanência e de enfrentamento nos contextos de violência.

Apesar de pesquisas apontarem que a violência doméstica não tem diferenciação de etnia, classe social ou de idade, entende-se que a combinação dos diversos marcadores pode ‘vulnerabilizar’ ainda mais mulheres pobres, periféricas, racializadas, com deficiência, e não-heterossexuais, por exemplo, podendo estes agravar e retroalimentar situações de risco a que esses grupos estão expostos (ARAUJO, 2020).

Sendo assim, os diversos serviços constituintes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que buscam pela proteção e garantia de direitos, são um grande passo nesta luta. Dentro disso, o atual serviço especializado referido nesta pesquisa e que integra tal Política, é pautado pela instauração da Lei Maria da Penha. O conceito de enfrentamento elaborado por esta Política faz referência à implementação de políticas amplas e articuladas que estejam alinhadas à complexidade multifacetada das violências, levando em conta todas suas dimensões.

Assim, esta noção de enfrentamento sinaliza a necessidade de não se restringir as políticas apenas à questão do combate, fugindo assim de uma lógica unicamente punitivista e adotando estratégias de prevenção, assistência e garantia de direitos

Hoje, tal Política Nacional busca garantir o acesso destas mulheres a um atendimento qualificado através dos serviços especializados (como as Casas-Abrigo, Centros de Referência, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher) e

fortalecimento da Rede de atendimento através do viés da integralidade. O referido serviço que é um dispositivo da Assistência Social de uma capital do sul do Brasil fornece atendimentos individuais, realizados por profissionais do Serviço Social e da Psicologia, assim como a realização de um Grupo Reflexivo recentemente elaborado por uma das técnicas. Nestas experiências de grupo, foi possível perceber a apropriação das usuárias vítimas de violência de suas próprias histórias, através do que se entende pelo ‘exercício de ser em relação com o outro’, onde podem falar a partir da sua própria experiência e se enxergar nas outras, socializando seus sofrimentos. Esse exercício de coletivizar aquilo que estava no campo individual, particular, rompe aquilo que é a espinha dorsal da violência doméstica, que é o silenciamento. Ao estarem no exercício de contar suas próprias histórias, ao mesmo tempo que reconhecem e acolhem as histórias das outras, enxergando as similaridades, e especificidades de cada processo, sem hierarquização, produz um efeito terapêutico muito importante.

Os grupos se utilizavam principalmente de Oficinas ministradas pelas próprias participantes, o que as colocavam neste lugar de sujeitas ativas e criadoras no seu processo de subjetivação, rompendo com a lógica da vitimização, como também possibilitando que se apropriassem de diferentes ferramentas artísticas, possibilitando a apreensão de novas formas de expressão, entendimento e linguagem sobre o que experienciaram. Assim, compreende-se a arte também como uma importante mediadora no processo de compreensão interna e elaboração das violências por um viés de promoção de saúde mental (FERNANDES, 2013).

Enfim, ter um espaço onde se entende o desejo e o medo, a ambiguidade entre amar esse agressor e ser violentada por eles, de entender os aspectos intersubjetivos que as tornam refém do abuso, para além das limitações sociais, econômicas ou familiares – tem sido um ponto fundamental nos cuidados sobre os efeitos psicossociais da violência. Desta forma, muitas vezes o trabalho com mulheres em situação de violência consiste em promover saúde, mediar a saída do isolamento,

promover o reencontro da confiança em si mesmas, e mesmo acessar outros espaços não-tóxicos de relacionamentos.

Entendemos que para realizar um bom trabalho profissional neste campo, podemos utilizar inúmeras estratégias, muitas das quais não couberam neste texto. O fato é que a chegada destas mulheres ao cuidado profissional costuma ser resultante de uma longa viagem existencial até que surja o encorajamento de se expor e ser cuidada. Valorizar essa chegada é o primeiro passo, pois chegar até ali certamente foi uma caminhada bastante difícil para mulheres submetidas a experiências de violência, sendo muitas vezes, a única forma de saída e sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. D. O.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 26, p. 547-553, 2013.

ARAÚJO, S. A. D. **As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas**: o caso do PAEFI Florianópolis. 2020.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). CRENSHAW, K. **A urgência da interseccionalidade**. TEDWomen, [S.l.; s. n.], 2016. 1 vídeo (18min.41seg.). Disponível em: [https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br). Acesso em: 12 dez. 2022.

DE FREITAS, A. B. A. SAFFIOTI, H.I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 01, p. e012124-e012124, 2021.

DE MORAES, E. O. Relacionamentos abusivos e as consequências em mulheres que o vivenciaram. **Revista de Trabalhos Acadêmicos da FAM**, v. 6, n. 1, 2021.

DE ARRUDA NUNES, A. C.; SOUZA, T. M. C. Análise das vivências de violência doméstica em mulheres evangélicas pentecostais e neopentecostais. **Revista da SPAGESP**, v. 22, n. 2, p. 58-72, 2021.

DE OLIVEIRA, B. B.; MESSIAS, C. M.; CAMPOS, E. R. S.; DE ANDRADE, M. B.; DOS SANTOS ALVES, L. D.; PERES, C. R. F. B. Violência contra as mulheres: o quê elas dizem. **Conjecturas**, v. 22, n. 12, p. 20-33, 2022.

FERNANDES, M. H. **A terapia pela arte na intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica**. 2013. Tese (Mestrado em Política Social) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**, v. I. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GADONI-COSTA, L. M.; DELL, D. D. Multigeracionalidade eo processo de enfrentamento da violência contra a mulher: **Estudos de caso. Salud & Sociedad**, v. 2, n. 1, p. 63-78, 2011.

GOMES, I. R. R. **A intenção feminina de permanecer em um relacionamento abusivo**. 2018.

LISBOA, T. K. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 33-56, 2014).

MARCIA TIBURI NO ENTRE O CÉU E A TERRA. 16 de dez. de 2014. 1 vídeo (1h02min28s). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xgnj6ww3tfE>. Acesso em: 12 dez. 2022.

OLIVEIRA, E. N.; JORGE, M. S. B. Violência contra a mulher: sofrimento psíquico e adoecimento mental. **Rev. Rene**, v. 8, n. 2, p. 93-100, 2007.

RIBEIRO, D. **Feminismo negro e filosofia**. 2 fev. 2016. 1 vídeo (17min27s). Publicado pelo canal LabExperimental.org. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXb-dH2Q>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ROCHA, L. M. L. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista de Políticas Públicas**, p. 313-322, 2016.

SANDER, Y. C. S. **Sofrimento psíquico e violência doméstica: narrativas de mulheres pretas, pardas e morenas catadoras de resíduos sólidos**. 2021.

SILVA, M. C. M. **Rota crítica: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TEIXEIRA, J. M. D. S.; PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310214, 2021.

VELÁZQUEZ, S. **Violências Cotidianas, Violência de Gênero**: escutar, compreender, ajudar. Buenos Aires: Paidós, 2006.

ZANCAN, N.; HABIGZANG, L. F. **Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal**. **Psico-USF**, v. 23, p. 253-265, 2018.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2020.

\_\_\_\_\_. **Violência de gênero contra as mulheres e saúde mental: psiquiatrização, silenciamento e invisibilidades**. Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. São Paulo: Marcial Pons, p. 135-158, 2019.